

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTENCIA SOCIAL SÃO JOSÉ
CNPJ nº 72.303.589/0001-08
Campinas - SP

POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO JOSÉ, é uma pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins econômicos, filantrópica, e tem por finalidade criar, congregar, manter, dirigir, assessorar, orientar instituições que promovam ações no âmbito da assistência social, da educação, do ensino, da saúde, da geriatria, da ecologia e do meio ambiente, do esporte e do lazer, desenvolvendo suas atividades em qualquer parte do território nacional.

A Associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, bem como não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, beneméritos, benfeitores e equivalentes. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resolução 2015/ITG2002(R1) – Entidades sem finalidade de lucros; b) Resolução 2016/NBCTG1000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; c) Resoluções 2017/NBCTG26(R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e Resolução 2019/NBCTGEC – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), exceto quanto ao ajuste a valor presente e redução ao valor recuperável dos ativos classificados no grupo não circulante nas contas imobilizado e intangíveis. A administração da Entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela Entidade:

2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a mensalidades escolares a receber dos responsáveis financeiros pelos alunos matriculados, contratadas na forma de anuidade, porém a essência do processo é receber ao longo do exercício, em parcelas mensais - dentro do mês em curso – o valor correspondente aos serviços educacionais prestados naquele mês, e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. As Anuidades e/ou mensalidades escolares se encontram registrados pelo valor de venda.

2.3 IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo custo de aquisição ajustado por depreciações e amortizações acumuladas calculadas com base na vida útil estimada, utilizando-se o método linear. A entidade não avaliou seus bens do ativo imobilizado pelo custo atribuído (Deemed Coast) para fins de adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Resolução 2013/NBCTG37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade). Esta decisão foi baseada no item 2.13 e 2.14 da Resolução 2016/NBCTG1000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em função do custo do procedimento superar os benefícios esperados.



2.4 CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.5 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.6 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.7 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

A Administração efetuou análise de forma global do valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações. O resultado não indicou que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável motivo pelo qual, não foram realizados os testes de impairment individualizados por bem. Esta decisão foi baseada no item 2.13 e 2.14 da Norma Brasileira de Contabilidade 2016/NBCTG1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em função do custo do procedimento superar os benefícios esperados.

2.8 AJUSTE AO VALOR PRESENTE

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros - valores a receber de mensalidades, adiantamentos, outras contas a receber, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.9 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS ASSOCIADOS

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelo saldo de aplicação financeiras, contas a receber classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. **Risco de crédito:** representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contra-parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber e outros créditos
- b. **Risco de liquidez:** representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. **Risco operacional:** representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos operacionais, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a manutenção de seus serviços.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Caixa	22.484	13.653
Bancos Conta Movimento	1.052.242	706.307
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.372.115	1.063.761
	<u>2.446.841</u>	<u>1.783.721</u>

5. ANUIDADES E/OU MENSALIDADES ESCOLARES

	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Vencidas a mais de 365 dias	474.980	500.028
Vencidas até 365 dias	722.437	631.657
Outros créditos	145.175	234.794
	<u>1.342.593</u>	<u>1.366.479</u>

5.1 PROVISÃO PARA PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A referida provisão foi constituída em 2024 sobre o total dos saldos vencidos até 31/12/2022 e em 2023 sobre o total dos valores vencidos até 31/12/20210 respectivamente . A direção da entidade decidiu por não constituir provisão para perdas sobre os valores vencidos nos últimos dois exercícios em face do alto índice de recuperabilidade quando da renovação das matrículas para o exercício seguinte.

6. OUTROS VALORES A RECEBER

	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
CURTO PRAZO		
Adiantamentos a funcionários	162.900	180.660
Convênios a receber	259.770	261.900
Aluguéis a receber	0	10.671
Outros valores	14.817	30.816
	<u>437.487</u>	<u>484.047</u>
LONGO PRAZO		
Convênios a receber	0	3.120.840
	<u>0</u>	<u>3.120.840</u>

7. IMOBILIZADO

Conta	2024 - Em Reais (1)			
	Custo Corrigido	Depreciações Acumuladas	Saldo Residual em 31/12/2024	Taxa de Depreciação ao Ano
Imóveis e Instalações	260.803	(76.882)	183.921	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	1.508.625	(704.867)	803.758	10% a 20%
Veículos	246.962	(200.517)	46.445	20%
Móveis e Utensílios	965.654	(321.259)	644.394	10%
Outras Imobilizações	0	0	0	0%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	0	0	0	0%
	<u>2.982.043</u>	<u>(1.303.525)</u>	<u>1.678.518</u>	

2023 - Em Reais (1)

Conta	Custo Corrigido	Depreciações Acumuladas	Saldo Residual em 31/12/2024	Taxa de Depreciação ao Ano
Imóveis e Instalações	496.009	(149.560)	346.449	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	1.564.755	(757.863)	806.892	10% a 20%
Veículos	382.550	(313.129)	69.421	20%
Móveis e Utensílios	990.907	(358.475)	632.432	10%
Outras Imobilizações	0	0	0	0%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	0	0	0	0%
	<u>3.434.221</u>	<u>(1.579.027)</u>	<u>1.855.194</u>	

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a valores de direitos e/ou obrigações, conforme o caso - transferidos para as entidades congêneres que assumiram as atividades operacionais de educação e assistência social da entidade - a serem reembolsados. Estão registrado pelo valor original acrescido de atualização monetária até a data do balanço.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

	2024 Em Reais (1)	2023 Em Reais (1)
Salários e ordenados	664.598	657.505
Férias a pagar	<u>528.831</u>	<u>0</u>
	<u>1.193.428</u>	<u>1.147.549</u>

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

	2024 Em Reais (1)	2023 Em Reais (1)
Contribuições previdenciárias e sociais	261.865	252.326
Impostos e contribuições	205.362	180.665
Outros	<u>195</u>	<u>284</u>
	<u>467.422</u>	<u>433.275</u>

11. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Refere-se à antecipação de mensalidades escolares referentes ao próximo exercício. Estão demonstradas pelo valor original.

12. CONVÊNIOS A APLICAR

Refere-se a valores de convênios firmados com órgãos públicos cuja execução orçamentária será concluída no próximo exercício.

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

13.1 TRANSFERÊNCIAS ENTRE MANTENEDORA E MANTIDAS

As transferências de recursos - enviados e/ou recebidos - entre as unidades mantenedora e mantidas, são remessas de valores para fazer frente às obrigações, ou para centralizar a gestão dos recursos na mantenedora ou administrações regionais conforme o caso. Estão registradas a valores originais.

14. RECEITAS COM DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES, CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

As doações e contribuições estão registradas em contas de receitas operacionais, a valores originais. As doações e contribuições são valores recebidos de terceiros, a título de colaboração por espontaneidade dos benfeitores. Os valores referentes a convênios e subvenções governamentais foram registrados em contas de receitas pelo regime de competência e aplicados na manutenção dos objetivos sociais da Entidade e nos fins específicos de cada convênio conforme o caso.

CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
CONVENIOS E SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS		
Prefeitura do Município de Campinas/SP - SEDIS CRECHE	3.097.410	3.041.429
Prefeitura do Município de Descalvado/SP - FUNDEB	402.797	344.971
Justiça Federal – Depósitos Judiciais Pecuniários	0	15.220
Emendas Municipais Impositivas	50.000	0
	<u>3.550.207</u>	<u>3.401.620</u>
CONVENIOS E SUBVENÇÕES COM ENTIDADES PRIVADAS		
Fundação FEAC - Campinas/SP	0	7.860
DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		
	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Pessoas físicas	37.383	75.143
Pessoas jurídicas	1.060.720	1.052.539
	<u>1.098.103</u>	<u>1.127.682</u>

15. APLICAÇÃO EM GRATUIDADES

A instituição mantém critérios de avaliação social para a concessão e manutenção das gratuidades. Os benefícios são na forma de: (a) Atendimento assistencial a crianças em situação de vulnerabilidade social, com gratuidade total, as quais são concedidas após avaliação de situações especiais e excepcionais, dadas em função da renda familiar, da necessidade imperiosa de auxílio para a família, ou outras que possam comprometer a manutenção e formação do indivíduo; (b) Bolsas de Estudos totais e parciais; (c) Aulas de reforço escolar; e (d) Hospedagem, alimentação e atendimentos diversos aos beneficiários atendidos na Entidade.

As atividades da Assistência Social são desenvolvidas nas instalações da unidade de Educação Básica Gratuita. Os custos das atividades desenvolvidas em conjunto foram rateados de acordo com o número de atendimentos.

15.1 DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADES

	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
Bolsas de estudo integrais Lei Complementar 187/2021	642.107	823.536
Bolsas de estudo parciais de 50% Lei Complementar 187/2021	358.258	402.227
Educação básica gratuita em turno integral	5.675.618	4.357.304
	<u>6.675.982</u>	<u>5.583.067</u>

15.2 DEMONSTRAÇÃO DA QUANTIDADE DE BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS CONFORME ANEXO VIII-A DA PORTARIA NORMATIVA MEC 15/2017

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	2024	2023
<i>M</i>	Número de alunos matriculados	1.978	1.908
<i>Bne</i>	Número de alunos com bolsa de estudo integrais NÃO enquadradas na Lei Complementar 187/2021	135	72
<i>Ai</i>	Número de alunos inadimplentes a mais de 90 dias que não renovaram matrícula	0	0
<i>N = M - Bne - Ai</i>	Número de alunos pagantes = Total de alunos matriculados excluindo-se os alunos inadimplentes e alunos com bolsas de estudo integrais que não atenderam a Lei Complementar 187/2021	1.843	1.836
<i>Id</i>	Número de alunos com bolsa de estudo integrais conforme Lei Complementar 187/2021 que tenham a sua deficiência declarada no censo da educação básica	0	0
<i>It</i>	Número de alunos com bolsa de estudo integrais conforme Lei Complementar 187/2021 matriculados na educação básica em tempo integral	292	288
<i>Io</i>	Número de alunos com bolsa de estudo integrais conforme Lei Complementar 187/2021 matriculados na educação básica que não sejam portadores de deficiência e não estejam matriculados em tempo integral	44	59
<i>I = Id + It + Io</i>	Número de alunos com bolsas de estudo integrais de acordo com a Lei Complementar 187/2021	336	347
<i>P</i>	Número de alunos com bolsas de estudo parciais de 50% de acordo com a Lei Complementar 187/2021	37	44
<i>Bcc</i>	Quantidade de bolsas de estudo integrais resultado da conversão de benefícios complementares calculados em planilha auxiliar (Anexo 9)	0	0
<i>LBC</i>	Limite de benefícios complementares (25% da Proporção 5 x 1) = $(1 / 3) \times (Io + 1,2 \times Id + 1,4 \times It + 0,5 \times P)$	157	161
<i>Bc</i>	Quantidade de bolsas de estudo integrais resultado da conversão de benefícios complementares a considerar	0	0
CÁLCULOS			
a) Proporção 9 x 1			
a.1) Proporção 9 x 1 = $(N / 10)$		185	184
a.2) Quantidade de bolsas de estudo integrais de acordo com a Lei Complementar 187/2021 = <i>I</i>		336	347
a.3) Verificação da quantidade mínima de bolsas de estudo integrais de acordo com a Lei Complementar 187/2021 Proporção 9 x 1 = $(I \geq N / 10)$		ATENDIDO	ATENDIDO
b) Proporção 5 x 1			
b.1) Proporção 5 x 1 = $((N - I) / 5)$		301	298
b.2) Numero de bolsas equivalentes $(Io + 1,2 \times Id + 1,4 \times It + 0,5 \times P + Bc)$		471	484
b.3) Verificação da quantidade mínima de bolsas de estudo integral de acordo com a Lei Complementar 187/2021 Proporção 5 x 1 = $((N - I) / 5) \geq (Io + 1,2 \times Id + 1,4 \times It + 0,5 \times P + Bc)$		ATENDIDO	ATENDIDO

16. GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS

	2024 - Em Reais (1)		
	Educação Básica	Educação Básica Gratuita	Mantenedora e Outras Atividades Associativas
Salários e ordenados	12.535.502	2.627.831	0
Encargos sociais	983.400	228.852	0
Outros gastos com pessoal	1.399.755	431.137	0
	<u>14.918.658</u>	<u>3.287.820</u>	<u>0</u>

	2023 - Em Reais (1)		
	Educação Básica	Educação Básica Gratuita	Mantenedora e Outras Atividades Associativas
Salários e ordenados	11.109.645	2.345.755	0
Encargos sociais	842.926	184.227	0
Outros gastos com pessoal	622.820	254.486	0
	12.575.391	2.784.468	0

17. GASTOS GERAIS E MATERIAIS DE USO E CONSUMO

	2024 - Em Reais (1)		
	Educação Básica	Educação Básica Gratuita	Mantenedora e Outras Atividades Associativas
Serviços públicos (Água, energia, telefonia, etc)	442.050	74.334	0
Material de consumo	281.965	220.990	0
Material didático e pedagógico	3.228.013	39.685	0
Alimentos	198.461	3.554	0
Alugueis	1.046.940	802.137	0
Serviços de terceiros	1.240.847	162.882	0
Manutenção e conservação	865.922	260.651	0
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	114.904	0	0
Outros gastos	693.790	784.785	0
	8.112.891	2.349.016	0

	2023 - Em Reais (1)		
	Educação Básica	Educação Básica Gratuita	Mantenedora e Outras Atividades Associativas
Serviços públicos (Água, energia, telefonia, etc)	376.939	73.023	0
Material de consumo	246.402	139.006	0
Material didático e pedagógico	2.496.100	52.835	0
Alimentos	145.296	8.658	0
Alugueis	970.520	788.236	0
Serviços de terceiros	1.193.678	97.698	-2
Manutenção e conservação	535.314	224.448	0
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	254.826	0	0
Outros gastos	777.681	128.627	2.434
	6.996.756	1.512.531	2.434

18. ISENÇÕES E IMUNIDADES

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição da empresa para o INSS foram calculados como se devido fossem por unidade, a COFINS, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados como se devido fossem, porém, sobre o resultado da Entidade, cujos valores demonstramos a seguir.

	2024	2023
	Em Reais (1)	Em Reais (1)
- Contribuição Previdenciária Patronal	4.063.773	4.116.442
- COFINS	762.622	695.996
- Contribuição Social sobre o Lucro	68.854	0
	<hr/> 4.895.249	<hr/> 4.812.438

19. SEGUROS

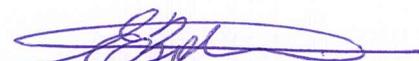
A Entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção Geral da Entidade e autorizadas para emissão em 30 de abril de 2025.


SALETE BOLZAN – DIRETORA PRESIDENTE
CPF Nº 144.385.278-30

SALETE BOLZAN
Diretora Presidente
CPF nº 144.385.278-30


EDINALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – CONTADOR
CRC – 017405/O-3 – CPF Nº 523.560.861-53

EDINALDO BARBOSA DE OLIVEIRA
Contador - CRC-DF 017405/O-3
CPF Nº 523.560.861-53